

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



MP aponta R\$ 2 bi a menos na Educação

INVESTIGAÇÃO Segundo Ministério Público, Estado incluiu gastos indevidos como manutenção e desenvolvimento no ensino. Órgão entrou com ação por improbidade contra ex-governador

thalys.alcantara@opopular.com.br



(O Estado) lançou mão de várias manobras (...) para simular o cumprimento do mínimo constitucional na área da educação"

Trecho da ação civil pública

O Estado de Goiás aplicou R\$ 2,2 bilhões a menos em Educação, entre 2011 e 2017, que o previsto na Constituição Federal, de acordo com ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). Segundo a legislação, 25% dos recursos de impostos devem ser investidos na manutenção e desenvolvimento de ensino público, o chamado MDE. O cálculo do déficit foi realizado em inquérito do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), que entrou com ação por improbidade administrativa contra o Estado e o ex-governador e atual candidato ao Senado, Marconi Perillo (PSDB) na última segunda-feira (10). O não cumprimento do mínimo constitucional foi tema de reportagem do POPULAR do dia 5 de julho.

Em 2016, por exemplo, foram investidos R\$ 3,4 milhões em manutenção e desenvolvimento de ensino público, 12,20% a menos que o necessário para atingir o mínimo previsto na Constituição. Naquele ano foi aplicado 21,9% do arrecadado em impostos nessa área da Educação, abaixo do mínimo constitucional de um quarto do arrecadado. Isso foi possível

porque o Estado teria incluído gastos que não são referentes ao MDE, na prestação de contas anual.

Na ação civil pública, a promotora Villis Marra entende que isso se configura como prática de pedalada fiscal. Ela interpreta que foi usada uma maneira de "maquiar" o orçamento para "simular" o cumprimento do mínimo de investimento em Educação. Mesmo com esses problemas, as contas do Estado não deixaram de ser aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), mas sempre com ressalvas e observações técnicas.

Segundo as investigações, valores referentes a servidores inativos, pensionistas e merenda escolar eram incluídos de maneira irregular no gasto de manutenção e desenvolvimento de ensino. A legislação de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional define que gastos com programas suplementares de alimentação não constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, o que inclui a merenda.

Em seu texto, a ação civil pública do MP-GO cita uma série de documentos que demonstra que gastos com servidores inativos não podem ser incluídos nas despesas de MDE, como uma lei de 1996 e manuais de demonstrativos fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional desde 2007, que devem ser seguidos pelas unidades da federação.

SEMPAGAR

Valores empenhados, ou seja, que estão sinalizados para serem pagos, mas que ainda não foram, também estariam incluídos como despesa de manutenção e desenvolvimento de ensino.

Esses valores eram colocados como restos a pagar na MDE com o compromisso de serem quitados no ano seguinte, mas a maior parte deles foi cancelada, segundo a promotora. Mais de 80% dos R\$ 1,4 bilhões a pagar entre 2011 e 2017 foi cancelado.

"Ficou cabalmente comprovado que o requerido, arditosamente, lançou mão de várias manobras contábeis para manipular dados financeiros e simular o cumprimento da aplicação do mínimo constitucional na área da educação", diz a promotora em trecho da ação civil pública.

No texto do documento do MP-GO é apontado que esse valor deveria ter sido aplicado em instituições educacionais de todos os níveis, como na remuneração de professores, na aquisição de equipamentos, bolsas de estudo, material didático-escolar e transporte escolar.

Ainda na ação civil pública é enfatizado que o não cumprimento do mínimo constitucional só foi possível por conta da posição condescendente de conselheiros do TCE-GO, que aprovou as contas do Estado.

Não aplicado

Investigação do MP-GO levantou recursos que realmente foram investidos em Educação pelo Estado de Goiás nos últimos anos, que são abaixo do mínimo previsto na Constituição. Veja:

Exercício financeiro	Quanto deveria ser o mínimo	Valor efetivamente aplicado	Déficit	Porcentagem a menos
2011	R\$ 2.550.203.435,25	R\$ 2.337.512.325,00	R\$ 212.691.110,25	8,30%
2012	R\$ 2.893.487.217,50	R\$ 2.607.423.055,33	R\$ 286.064.162,17	9,90%
2013	R\$ 3.122.320.392,50	R\$ 2.845.778.531,50	R\$ 276.541.861,00	8,90%
2014	R\$ 3.423.321.315,50	R\$ 3.183.155.923,00	R\$ 240.165.392,50	7%
2015	R\$ 3.637.962.794,00	R\$ 3.229.356.640,97	R\$ 408.606.153,03	11,20%
2016	R\$ 3.862.425.846,75	R\$ 3.392.524.931,00	R\$ 469.900.915,75	12,20%
2017	R\$ 4.015.315.046,75	R\$ 3.726.939.174,75	R\$ 288.375.872,00	7,20%

TOTAL

R\$ 2.182.345.466,70

Não cumprimento do mínimo seria antigo

A ação civil pública do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) por improbidade administrativa contra o Estado de Goiás e o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) por improbidade administrativa mostra que os problemas seriam antigos.

Segundo o documento, que investiga o não cumprimento do investimento mínimo em educação previsto na Constituição, em 2007 e 2008, durante gestão do governador Alcides Rodrigues, houve uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para que despesas com inativos e pensionistas não fossem incluídas em "manutenção e desenvolvimento do ensino público (MDE)". A legislação prevê a aplicação de 25% dos recursos de impostos no MDE.

Uma outra recomendação de 2010 do TCE-GO diz que o Estado deve realizar ações para dar maior transparência à destinação dos recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), excluindo da contagem os gastos com inativos e pensionistas.

Após essas recomendações, no final de seu governo, Alcides chegou a elaborar um plano que previa a exclusão gradativa de 10% ao ano das despesas com inativos e pensionistas do valor computado como

sendo do MDE na prestação de gastos anual. No entanto, essa meta não foi cumprida e os valores continuaram a ser considerados como sendo para manutenção e desenvolvimento do ensino.

E mesmo o plano de Alcides não foi considerado satisfatório. A Unidade Técnica do TCE-GO chegou a alertar aos conselheiros de que 10% ao ano seria um "período demasiadamente longo para que o Estado se abstenha de reconhecer e contabilizar os gastos com inativos no índice de educação".

Segundo a investigação do MP-GO, a inclusão de inativos e pensionistas continuou a ser incluída no MDE. Em 2017, no processo de aprovação das contas do Estado, a Secretaria da Fazenda chegou a defender a inclusão dos inativos no gasto mínimo constitucional em educação.

A reportagem entrou em contato com o gabinete de imprensa do Governador e com a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (Seduc) e questionou especificamente sobre o motivo da exclusão gradativa de inativos e pensionistas não ter sido realizada, mas a nota oficial emitida pelo gabinete para responder ao caso não comenta o assunto. O gabinete de imprensa também fala em nome de Marconi Perillo.

Resposta do Estado

Procurado pela reportagem, o Gabinete de Imprensa do Governo do Estado de Goiás, também em resposta pelo ex-governador Marconi Perillo (PSDB), informou que as contas do Estado foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), incluindo o

custeio da Educação. "Os relatórios demonstram que o Executivo cumpriu rigorosamente a vinculação constitucional, com base na legislação vigente", diz a nota resposta.

O texto do gabinete também diz que houve um profundo debate entre o Poder Executivo e os órgãos de controle sobre a composição do investimento em Educação e que "após entendimento, as cortes aprovaram a prestação de contas apresentadas".

A nota ainda lembra que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) "atestam o compromisso do Governo de Goiás, em nossas gestões, com o ensino-aprendizagem". A Secretaria da Educação do Estado de Goiás (Seduc) também foi procurada pela reportagem, mas informou que a resposta oficial do Estado só seria a divulgada pelo gabinete de imprensa.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Susto

O pagamento de servidores da Assembleia Legislativa e deputados estaduais, previsto para segunda, só saiu ontem na hora do almoço. Segundo a Sefaz, os repasses foram feitos apenas ontem por conta do feriado prolongado, e “questões técnicas” fizeram com que os pagamentos de parte dos funcionários do Estado demorassem mais para cair.

Detran lança hoje edital

PLACAS MERCOSUL Estado vai escolher empresas para confecção de identificação com novo modelo que será adotado no Brasil. Custo não poderá ser maior do que o já praticado

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

R\$190

é o valor máximo que a empresa vencedora na disputa pela confecção de placas poderá cobrar do proprietário

Será lançado hoje o edital para a escolha das empresas que vão fabricar e estampar as placas veiculares em Goiás conforme o modelo Mercosul (veja quadro). Este assunto vem sendo discutido desde 2014, mas só agora o primeiro Estado deu início à alteração. O Rio de Janeiro começou ontem a emplacar os carros novos e realizar as transferências com as modificações. Goiás, assim como todos os demais Estados do País, tem até 1º de dezembro para realizar a mudança.

Assim que os Estados aderirem ao novo modelo, os carros, motos e caminhões zero quilômetro já passam a sair das concessionárias com o novo molde na cor branca. Já os veículos usados terão as mudanças realizadas gradativamente, já que as placas só serão trocadas quando passarem por transferências de domicílio ou estiverem danificadas. Em casos de transferência de propriedade não vai ser solicitada a troca da placa. No Rio de Janeiro, o custo estabelecido para o serviço é de R\$ 219,35, o mesmo já praticado anteriormente.

Em Goiás, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-GO) informou que o edital também estipula que os valores das placas sejam os mesmos ou inferiores ao que é cobrado atualmente. O valor praticado atualmente é de R\$ 190,40. Poderá concorrer na disputa qualquer empresa que esteja credenciada junto ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para o serviço. Em eventuais substituições de placas, há a necessidade de vistoria veicular que custa R\$ 149,21.

Ministro das Cidades, Alexandre Baldy defende o modelo e explica que a nova placa será homologada pelo Denatran e retornará única no País. "Isso possibilitará vários itens de segurança a serem agregados, como o código QR Code e a marca d'água, para evitar falsificações e clonagem", destaca. Baldy afirma que unificando os modelos de placas nacionalmente haverá facilidade de circulação, mas também

vai oferecer mais opções para as forças de segurança fiscalizarem estes veículos.

O ministro diz também que a rastreabilidade e a averiguação nos sistemas de monitoramento das cidades e rodovias através de câmeras e scanners poderão ser realizadas com mais facilidade. Baldy acrescenta que a inserção dos brasões dos Estados e municípios nas placas foi solicitação de entidades de segurança pública viária, como Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Batalhões Rodoviários da Polícia Militar (PM).

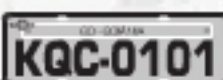
O ministro informa que, em um curto prazo, também há a previsão de inserir um chip neste modelo de placa que passa a ser utilizado. "Com isso, o veículo poderá ser rastreado por satélite ou sistemas de acordo com a tecnologia adotada pela força de segurança local", reforça. Além disso, um acordo de transporte com a França (pela Cotiana Francesa) permite que os dois países como partes contratantes da Convenção de Viena possam passar, agora, a adotar um padrão de placas semelhantes.

Baldy acredita que outros países do Mercosul, como Paraguai também realizarão mudança. Isto vai facilitar a fiscalização dos veículos que já cruzam as fronteiras diariamente, especialmente no Norte e no Sul do País. "No Mercosul, o Brasil representa aproximadamente 80% da frota, com 97 milhões de veículos automotores. São centenas de milhares de veículos que entram no País na alta temporada todos os dias, assim como milhares saem. A placa terá a identificação com o carro, o que também será possível ser rastreado no caso de clonagem ou fraude. Buscando diminuir drasticamente o número de veículos levados para desmanches, inclusive fora do Brasil", ressalta.

Novo padrão

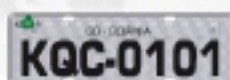
Novas placas devem ser implantadas até: 1º de dezembro em todo Brasil

1990 A 2007



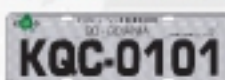
Fundo cinza e caracteres pretos – sequência alfanumérica contínua, mas com três letras e quatro números para carros e motos. É a introdução do sistema Renavam e sigla do Estado aparece antes do nome do município.

2008 ATÉ 2015



Fundo cinza, reflexivo e caracteres pretos – muda apenas o fundo, com a reflexividade. A partir de 2011, o lacre, então feito de chumbo, deve ser trocado pelo plástico.

A PARTIR DE 2014



Em Goiás, em abril, Detran acrescentou um código de barras. Os veículos que implantarem esse modelo permanecerão com a disposição, mesmo sem utilidade.

NOVO MODELO

O QUE MUDA?

Padrão visual: fundo branco e uma faixa azul na parte superior.

O que vai definir a categoria do veículo serão as cores das letras e números.

Sequência: Alfabeto. O sistema atual, com três letras e quatro números (AAA-0000) dará lugar a um com quatro letras e três números (AAAA-000).

Segurança: Para de segurança similares aos usados em credenciais. Um QR Code e um chip permitirão a rastreabilidade de placas por todos os países do Mercosul e dificultará a clonagem.



- A nova placa tem a mesma medida da atual. Desta forma, não exigirá adaptação nos veículos.
- A alteração começou ontem pelo Rio de Janeiro. Outros Estados devem se adequar até 1º de dezembro deste ano.
- A alteração deve ser feita com carros novos e depois de transferências.

Modelo com código de barras nunca foi utilizado

Em junho do ano passado o POPULAR mostrou que desde 2014 carros novos ou transferidos em Goiás tinham suas placas alteradas, passando a ter lacre rastreável, dentre outras alterações previstas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Conatran), além de um código de barras, que não era previsto em resolução publicada pelo órgão nacional que define, ponto a ponto, como deveriam ser as placas.

O item foi alvo de questionamento do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) em

ação civil pública, mas não foi aceito na Justiça, no entanto desde então o código de barras passou a não ser mais exigido. Em 2014, o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) emplacou o código dizendo que iria melhorar os quesitos de segurança, dificultando a clonagem de placas. Os leitores de placas, no entanto, nunca chegaram a ser comprados após questionamento do MP-GO, não sendo possível a sua leitura em blitz, por exemplo.

Depois disso o Detran-GO

lançou novo edital para escolha de uma empresa que exploraria o serviço de emplacamento de veículos em Goiás por, no mínimo, 15 anos. Em janeiro deste ano, no entanto, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) solicitou a suspensão do edital por que havia um dispositivo no documento que exigia que as placas de identificação dos veículos fossem confeccionadas por empresas credenciadas, então por empresa vencedora de processo licitatório, como quer a autarquia nacional.



O NOVO DONO DA CADEIRA Nº 6

Nilson Jaime cita *Arquipélago Gulag*, recorda-se de Cora e vê ares sombrios

● Doutor em Agronomia, consultor do Sebrae, escritor e biógrafo assume vaga de Zoroastro Artiaga, Waldyr Castro e de Rui Rodrigues

● Frederico Jayme, secretário de Estado de Governo, ao lado de Jales Guedes, chefe de gabinete do MP, e Geraldo Coelho Vaz compõem mesa

● Pesquisador, ele faz hoje minucioso levantamento para escrever a definitiva obra que aborda a história de Goiás. Do passado ao Tempo Presente

● Autor de *Família Jayme: Genealogia e História*, de 1.148 páginas, que resgata a centenária história do clã, e de Frederico Jayme, em 626 páginas



Graduado, com mestrado e doutorado em Agronomia, o historiador, ensaísta e biógrafo Nilson Jaime assumiu, ontem, a cadeira número 6 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. A vaga teria sido de Zoroastro Artiaga, Rui Rodrigues, exilado à época da ditadura civil e militar [1964-1965], no Brasil, pós-deposição de João Belchior Goulart, e de Joaquim de Castro Quinta.

— Palavras como as que compõem *Arquipélago Gulag*, a poesia de Cora Coralina e o texto visceral de Honório Guimarães me inspiram, hoje, em tempos sombrios, no Brasil. De intolerância.

Autor de *Família Jayme: Genealogia e História*, de 1.148 páginas, R\$ 250,00, que resgata a centenária história do clã, um dos mais tradicionais do Estado de Goiás e do Centro-Oeste do Brasil, lançou, em 2018, em 626 páginas, a biografia do ex-líder estudantil, membro do MDB nos anos de chumbo, ex-presidente da Assembleia e do Tribunal de Contas Frederico Jayme.

— A minha formação é diversificada, como a de Zoroastro Artiaga, Waldyr Castro Quinta e de Rui Rodrigues.



Nilson Jaime discursou, da tribuna, ontem, no IHGG

HISTÓRIA DE GOIÁS

Pesquisador, ele faz hoje minucioso levantamento para escrever a definitiva obra que aborda a história de Goiás. Do passado ao Tempo Presente. Um trabalho de fôlego, explica. Com múltiplas fontes de pesquisa, de informações, documentos, dados estatísticos, datas, história oral, das mídias, informa ao DMR, o caderno de cultura do jornal *Diário da Manhã*.

— É necessário dialogar. Com múltiplas vozes. Sem silenciá-las.

A mesa da solenidade realizada ontem, no IHGG, das 9h às 11h30, esteve sob a presidência de Geraldo Coelho Vaz. Participaram do ato o secretário de Estado de Governo, Frederico Jayme; o promotor de Justiça e doutor em História, Jales Guedes Coelho Mendonça, chefe de gabinete de Benedito Torres, procurador-geral de Justiça, do Ministério Público do Estado de Goiás.

Mais: Edival Lourenço, prêmio Jabuti, em 2012, presidente da UBE, seção de Goiás, o maior escritor vivo das Terras Goianas; o jornalista, cronista, ex-vereador, pesquisador Luiz Augusto Paranhos Sampaio; o desembargador Itany Campos; a ex-secretária municipal de Cultura e hoje na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Seduc), Maria Abadia, ícone da cultura.

SOLEINIDADE

Fausto Jaime, médico, mes-

“Nascido Nilson Gomes Jaime, ele é um escritor e historiador de ideário iluminista”

Fausto Jaime, médico e escritor

tre em Medicina Tropical e doutorando em Bioética, além de gestor público do Conselho Estadual de Saúde, autor de *A Senda*, ex-secretário municipal de Administração, homem egresso da luta armada contra a ditadura civil e militar, integrante da ALN - Ação Libertadora Nacional, de Carlos Marighella, compareceu ao evento no Instituto Histórico.

Gestor Público, graduado na UFG [Universidade Estadual de Goiás], ex-diretor do CPFM, órgão federal, ex-diretor financeiro da Câmara Municipal de Goiânia, ex-gestor no Parque Mutirama, ex-servidor da Controladoria-Geral do Município, ex-militante da VAR-Palmares, contra a ditadura civil e militar, Erotides Borges prestigia a posse de Nilson Jaime na cadeira nº 6.

Formalista, advogado, gestor público, Nilson Perillo posou ao lado do escritor homenageado. Assin como o físico e mestre em Engenharia Nuclear, escritor e articulista do jornal *Diário da Manhã*, Arthur Otto. Ho-

riestes Gomes, doutor honoris causa da UFG, exilado na Suécia nos anos de chumbo, Luiz Elias, jornalista e fotógrafo, estavam na sessão especial, ontem, no IHGG.

PERFIL

Nascido Nilson Gomes Jaime, ele é um escritor e historiador de ideário iluminista, diz Fausto Jaime. De formação enciclopédica, resume Nilson Perillo. Com uma cultura humanista, define Erotides Borges. Com livre trânsito na Academia, com lastro no mercado das letras, editorial, das artes e do entretenimento, explica Arthur Otto. Com raro talento na história, pontua ele.

“Homem com uma cultura humanista”

Erotides Borges, gestor público

“De formação enciclopédica”

Nilson Perillo, jornalista e advogado



Nilson Jaime recebe diploma das mãos de Frederico Jayme



Nilson Jaime com Geraldo Coelho Vaz, presidente do IHGG, e Frederico Jayme, ex-presidente da AL, do TCE [GO] e atual secretário de Estado

CRONOLOGIA

1962
Nasce Nilson Jaime

15
De abril: Palmeiras

2017
Lança *Família Jayme: Genealogia e História*

2018
Lança *Frederico Jayme - biografia*

2019
Ideia é escrever *A História de Goiás*

2020
Lança *A História de Goiás*

Assembleia de Goiás

Presidente da Alego anuncia plataforma digital que amplia transparência da Casa

11/09/2018 13h01 Por Nathan Sampaio Edição 2252

Segundo José Vitti, recurso agrega valor ao trabalho dos deputados, já que assim eles terão maior volume de opinião e sugestões nas votações das proposições



José Vitti testa nova ferramenta da Alego | Foto: divulgação

Com o objetivo de aumentar a transparência da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), o presidente da Casa, José Vitti (PSDB), anunciou uma nova ferramenta à pauta prévia que os deputados acompanham online em plenário durante a votação da Ordem do Dia, chamada de Opine Cidadão.

A plataforma digital é vinculada ao site da Casa e permite ao usuário manifestar sua posição, se a favor ou contra, sobre qualquer matéria em tramitação. A quantidade de votos favoráveis e contrários agora pode ser observada abaixo da descrição de informações sobre o projeto, a qual inclui número, autor e teor.

O mecanismo pode ser acessado pelos deputados por meio dos tablets que ficam nas bancadas do Plenário ou por qualquer computador conectado à rede da Alego.

Segundo Vitti, a novidade já pôde ser conferida pelos parlamentares nas sessões ordinárias. O recurso agrega valor ao trabalho dos deputados, já que assim eles terão maior volume de opinião e sugestões nas votações das proposições de iniciativa deles próprios, do Governo estadual e de outros órgãos.

“O nosso compromisso, desde que assumimos comando do Legislativo, é ampliar a transparência dos atos do deste Poder e mecanismos que aprimorem o debate público. Fico feliz em ver que mais um importante passo foi dado”, sublinhou.